

Pobreza mundializada e os influxos do desemprego como expressão contemporânea da questão social¹

Edlene Pimentel Santos²

edleneps@uol.com.br

Gilmaisa Macedo da Costa³

gilmaisa@uol.com.br

Modalidade de trabalho: Resultados de Investigaciones
Eixo temático: El Trabajo Social y as manifestações de La cuestion social (pobreza, desempleo, salud, adultos mayores, gênero, etc)
Palabras claves: Pobreza, Cuestion Social, Desempleo.

Introdução

O texto aqui apresentado tem por objetivos articular os influxos do desemprego como expressão da questão social aos processos de expansão capitalista em suas manifestações na atualidade e, analisar o caráter do binômio pobreza e desemprego na América Latina como objeto de preocupação por parte de organismos internacionais. Consideramos que a pobreza é hoje um fenômeno de alcance mundial, atingindo níveis muito altos na sociedade contemporânea, que permanece desafiando as propostas de intervenção estatal mediante políticas de âmbito nacional ou internacional. Um fenômeno presente atualmente em países desenvolvidos e periféricos ante a crise contemporânea do capital é que o desemprego adquiriu expressivo crescimento, configurando uma situação de proporções preocupantes pelo seu caráter crônico e ascendente, contribuindo para o agravamento da pobreza no mundo.

A expansão econômica mundial significou também a mundialização da pobreza, ou pelo menos de sua apreensão como um problema humano geral, de modo que a estimativa contida no relatório do Banco Mundial de 1990 apontava que “1 bilhão de pessoas viviam na pobreza naquele ano” (ROCHA, 2005, p. 10). Configura-se uma situação na qual alguns organismos internacionais mostram preocupação com o pauperismo e propõem ações políticas no sentido de sua redução. Entretanto, a avaliação dos resultados por parte de organizações diversas contra a pobreza é de que as estratégias de crescimento conduzidas pelo Banco Mundial “nem sempre são suficientes

¹ Ponencia presentada en el XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. **El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional.** Universidad Católica Santiago de Guayaquil. Guayaquil, Ecuador. 4-8 de octubre 2009.

² Edlene Pimentel Santos é doutora e docente do Curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas - Brasil.

³ Gilmaisa Macedo da Costa é doutora e docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas - Brasil.

para melhorar as oportunidades de trabalho e as condições de vida dos pobres” (Correspondente da IPS, 11/12/2006). Percepção análoga à de Mézáros quando diz que “a intervenção do FMI, organização dos Estados Unidos que dita ordens pretendendo melhorar as condições econômicas dos países ‘em desenvolvimento’ mais afetados pela crise, tem, na verdade, piorado as condições dos desempregados” (2006, p.30). Não existe consenso quanto às formas de intervenção na pobreza por parte de organismos estatais ou não estatais sobre o problema; além disso, sua percepção e ação estão limitadas aos seus aspectos fenomênicos.

Se alguns Estados particulares conseguiram eliminar a miséria absoluta, em especial nos países centrais europeus, fizeram-no à custa de outros menos privilegiados, mas a eliminação não significou o desaparecimento da pobreza nem mesmo para os Estados Unidos, como mostra editorial do *The Nation*: “A taxa de pobreza no último ano – 13,7% – era mais elevada do que em 1989, apesar dos sete anos de crescimento quase ininterrupto. Aproximadamente 50 milhões de americanos – 19% da população – vivem abaixo da linha da pobreza. Aí se inclui uma em cada quatro crianças abaixo dos dezoito anos, um em cada cinco cidadãos adultos e três em cada cinco famílias” (*The Nation*, 1998^a, p.3).

O crescimento econômico no país mais desenvolvido do planeta, ainda que visto de forma otimista por seus analistas, não contribuiu sequer para a diminuição da pobreza instalada, uma demonstração de que o metabolismo social engendrado pelo desenvolvimento capitalista favorece o crescimento do capital, mas não implica nem ontem nem hoje a eliminação das desigualdades sociais. Ao contrário, gera concomitantemente a riqueza e a miséria, que em suas expressões fenomênicas não são por si mesmas reveladoras, pois “a conexão interna entre o tormento da fome das camadas mais laboriosas de trabalhadores e o consumo esbanjador, grosseiro ou refinado dos ricos, baseado na acumulação capitalista, só se desvela com o conhecimento das leis econômicas” (MARX, 1996, p.286). A lei geral da acumulação capitalista expressa como o capital se apropria da força de trabalho através dos diversos mecanismos de exploração e dominação, com a finalidade de assegurar reprodução e acumulação da riqueza por parte dos capitalistas e, contraditoriamente, produz a acumulação da miséria da classe que de fato gera valor para o capital. Se as formas de manifestação dessa lei geral modificaram-se ao longo do desenvolvimento capitalista, a concomitante geração de riqueza e miséria tem sido uma constante no tempo.

1. Desemprego e questão social

O desemprego é um componente das transformações societárias contemporâneas e caracteriza a desumanidade presente no capitalismo, tendo em vista que resulta da incapacidade do sistema de direcionar o desenvolvimento econômico-social para a resolução dos problemas humanos. Atinge não somente a periferia, mas afeta o mundo capitalista mais desenvolvido, configurando a denominada globalização do desemprego. Sua tônica é a precarização do trabalho ou trabalho temporário, que se constitui em uma ameaça aos trabalhadores empregados, gerando incertezas e inseguranças quanto ao futuro. Este problema do desemprego ascende na esteira da crise estrutural do capital desde a década de 1970 e atinge não só trabalhadores não qualificados, mas também os altamente qualificados, expressando-se mesmo em países como Grã Bretanha, Japão e Estados Unidos. Analisando o problema Mézáros pontua:

Como ainda hoje isso permanece, de acordo com os números oficiais – grosseiramente subestimados –, há mais de 40 milhões de desempregados nos países industrialmente mais desenvolvidos. Desse número, a Europa conta com mais de 20 milhões e a Alemanha – outrora elogiada por produzir o ‘milagre alemão’ – ultrapassou a marca dos 5 milhões. Em um país como a Índia – reverenciado pelos organismos econômicos tradicionais por suas realizações na direção do desenvolvimento –, há não menos do que 336 milhões de pessoas desempregadas e outros milhões sob condições inadequadas de trabalho, cujos dados não foram registrados (2006, p.30).

Dados divulgados atualmente por UOL *Dinheiro* 27/05/2009 trazem informações que a “taxa de desemprego registrada em abril na zona do euro – grupo de países da UE (União Europeia) que adota o euro como moeda única, integrada por 16 países – ficou em 9,2%, um nível recorde desde setembro de 1999, informou o Eurostat (órgão estatístico da UE)”. E ainda que “o número de desempregados nos 16 países da zona do euro chegou a 14,5 milhões de pessoas. Em março, o índice registrado foi de 8,9%. Em notícia recente a agência de notícias *Thomson Reuters* registra que “A taxa de desemprego nos Estados Unidos subiu para 9,4% em maio, maior nível desde leitura equivalente em julho de 1983. Em abril, a taxa havia ficado em 8,9%, segundo o Departamento do Trabalho do país” (05/06/2009). A economia norte-americana em recessão desde 2007 já perdeu 6 milhões de empregos, requerendo medidas diretas de intervenção estatal para salvar bancos e empresas.

O desenvolvimento capitalista, ainda que seja o mais dinâmico da história, acaba por gerar um número cada vez maior de seres humanos supérfluos para o seu processo produtivo. Uma necessidade ditada pelo antagonismo interno do capital, cujo objetivo de reduzir ao mínimo o tempo de trabalho com vistas à otimização do lucro, apresenta-se

como uma tendência desumanizadora, transformando em toda parte a população trabalhadora numa força de trabalho supérflua. O desemprego atinge toda uma população, inclusive as classes médias. A multiplicação dessa força de trabalho representa, segundo Mészáros “uma carga potencialmente explosiva e extremamente instável” (2002, p.342), trazendo como tendência a produção de uma “dinamite social” na própria estrutura do sistema do capital, pois ele mina a estabilidade social desencadeando sérias conseqüências que vão desde a alta taxa de criminalidade entre os jovens até o perigo das graves agitações sociais. Potencializa a denominada questão social, uma clássica forma de resistência dos trabalhadores às condições de vida e de trabalho, sob novas bases, caracterizando um limite ao controle sociometabólico do próprio capital.

Desde sua forma clássica no século XIX a questão social não pode ser reduzida simplesmente a um conceito referido ao campo da política, embora essa dimensão implícita na resistência do proletariado à exploração tenha sido o impulso originário para sua apreensão teórica. Trata-se da expressão de algo efetivamente existente: a necessária e conflituosa contradição entre capital e trabalho, a extração da mais-valia como fonte de acumulação do capital e seu influxo na redução da necessidade de força de trabalho, a apropriação privada dos meios e do produto do trabalho. Marx percebeu que quando a produção capitalista precisa de mais força-de-trabalho contrata mão-de-obra, quando não precisa, lança os trabalhadores no desemprego, isso é um componente da reprodução do capital. Sua tendência é produzir mais com menos trabalhadores de modo que sua requisição está sujeita a fortes flutuações (ver *O Capital*, cap. V). A reação dos trabalhadores em tal momento é típica da luta de classes contra essa condição de exploração num momento em que emerge uma consciência do proletariado antagônica ao capital, pressionando pela regulamentação das horas trabalhadas, contra a exploração do trabalho infantil e feminino, da qual resulta o estabelecimento de legislação pelo Estado. Desse modo, entendemos que se pode configurar a questão social a partir da articulação entre os determinantes essenciais da acumulação capitalista, a reação dos trabalhadores através da luta de classes contra a exploração e as respostas do Estado no sentido de conservação da sociedade e na contenção de conflitos entre classes sociais.

O desemprego se torna crônico e se apresenta diferente das formas anteriores de sua manifestação, porque “as contradições ocorridas em qualquer uma de suas partes específicas complicam e agravam os problemas de outras partes e, conseqüentemente, da sua totalidade” (Mészáros, 2006, p.32). Por isso mesmo, organismos internacionais buscam intervir propondo políticas de desenvolvimento para os países afetados pela

crise, evidenciando que o desemprego se torna uma ameaça ao próprio sistema do capital, com tendência a se agravar cada vez mais, sem que haja nenhuma solução à vista até o momento.

2. O binômio pobreza e desemprego na América Latina

A diversidade das características geográficas, culturais, lingüísticas e étnicas da América Latina é uma realidade, ainda que se deva considerar uma herança colonialista, comum aos diversos países, conforme afirma Donghi (1976), cuja expansão secular lhe assegura alguma unidade histórica e uma posição no plano econômico e político-social no mundo moderno. Processo sempre permeado pela relação entre o continente latino-americano e uma metrópole, originalmente a Espanha para a maioria dos países, e Portugal para o Brasil, que submeteu povos com variados níveis culturais e de conhecimento ao modelo de colonização, destruindo-os quando necessário e minando suas formas de resistência sempre que desafiam o *status quo*. Na seqüência do desenvolvimento o cerne dessa relação se desloca para os Estados Unidos uma vez que este último se torna o mais avançado pólo central do capitalismo em expansão. No fundamental a riqueza da terra contribuiu de modo decisivo para a prosperidade das metrópoles capitalistas, gerando concomitantemente uma dependência que se acentua gradualmente e permanece na atualidade.

Como diz Eduardo Galeano: “Desde o descobrimento até os nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros do poder” (1984, p.14). A teia de relações e da produção aí constituída envolve recursos materiais e capacidades humanas, incorporando-as à engrenagem capitalista mundial de um modo que “*nossa riqueza gerou sempre a nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos*” (*idem*, p.14. Grifos na obra.). Essa tem sido historicamente a posição da América Latina no contexto internacional, uma posição periférica que transfere riqueza aos centros capitalistas, acumulando riqueza e pobreza em maior ou menor grau em seus países, sempre expressas em profundas desigualdades sociais, como convém ao contraditório progresso do sistema do capital e seu modelo societário.

O fluxo da exploração capitalista na América Latina foi deslocado do continente europeu para os Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial. Neste processo,

medidas próprias à sua expansão repercutem muito fortemente nos países latino-americanos e na tentativa de adaptação às exigências de crescimento, ou mesmo de solução de crises. Os efeitos negativos sempre recaem sobre os trabalhadores, especialmente agravando as condições de pobreza. Exemplo palmar desta situação em década recente é que, com o ajuste do México mediante a liberalização e desregulamentação do seu mercado monetário e financeiro, sob forte pressão política interna e externa: “O desemprego alcançou 25% da população ativa, enquanto os salários sofreram uma perda de poder aquisitivo da ordem de 55%, e mais dois milhões e meio de pessoas caíram abaixo do limite da ‘pobreza extrema’. Foi esse o preço que os mexicanos pagaram por terem se ‘adaptado’ ao jogo dos mercados financeiros” (CHESNAIS, 1996, p.31-2).

O aumento da pobreza e seus impactos sobre as populações latinoamericanas constituem tema de atenção inclusive para organismos internacionais, diante do quadro traçado por Bernardo Kliksberg⁴. Quadro este considerado inquietante pelo Diretor da UNESCO no Brasil, ao comentar que “a questão social se apresenta hoje no centro do cenário histórico da região” (2002, p.7). Aí sobressaem dados do PNUD - União Européia, 1999 como:

São pobres 75% dos guatemaltecos, 73% dos hondurenhos, 68% dos nicaragüenses e 53% dos salvadorenhos. Nos setores indígenas os índices podem ser ainda piores. Assim, na Guatemala, 86% da população indígena é pobre, enquanto que dos não-indígenas apenas 54% o são. Na Venezuela, as estimativas oficiais assinalam que 80% da população é pobre. No Equador calcula-se que 62% da população está abaixo do limite da pobreza. No Brasil, 43,5% da população ganha menos de dois dólares por dia e 40 milhões de pessoas vivem em estado de pobreza absoluta. Na Argentina, a taxa de pobreza das províncias do nordeste é de 48,8% e, a das províncias do noroeste, 46% (Kliksberg, 2002, p.16).

A esses dados são acrescidos os efeitos nocivos sobre as famílias, nas áreas de educação, saúde e saneamento, além de que: “Ele se vincula também com o desemprego e a informalidade” (*Idem*, p.7). Os dados são, de fato, preocupantes tendo em vista que vidas humanas não têm acesso àquilo que foi produzido socialmente e suas repercussões sobre diversos aspectos não permitem o desenvolvimento e o crescimento pessoal da totalidade dos indivíduos e de suas famílias no sentido omnilateral, apesar da imensa capacidade produtiva criada pelo sistema em múltiplos sentidos. Para ilustrar, a RadioagenciaNP, notícia em 2007:

⁴ Autor de livros traduzidos para diversas línguas prestou assessoria a mais de 30 países em gestão pública, desenvolvimento e gerenciamento social. Assessor, entre outros, da ONU, OIT, OEA, UNICEF, UNESCO, Diretor do projeto Regional para a América Latina de Modernização Estatal da ONU. É Coordenador do Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Social do BID (Washington).

Um relatório intitulado Trabalho Decente e Juventude na América Latina, divulgado na terça-feira (04), pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), mostra que o desemprego entre jovens na América Latina é quase três vezes maior do que entre os adultos. O desemprego atinge dez milhões de jovens entre 15 a 24 anos na região. Este número equivale a 16% da força de trabalho disponível nesta faixa etária. Já entre os adultos, o desemprego é de 6%. A OIT informa que outros 22 milhões não estudam nem trabalham e mais de 30 milhões trabalham na informalidade ou em condições precárias.

Mas o que faz com que esse quadro apareça como inquietante aos organismos internacionais e a região latino-americana como uma região de risco devido à pobreza e à desigualdade social? Atualmente a pobreza e o desemprego são reconhecidamente fenômenos de proporções internacionais, quando a absorção de mão-de-obra industrial passa a constituir uma ameaça à reprodução do sistema. Na percepção de Chossudovsky, professor de economia da Universidade de Ottawa e consultor da OIT, o “desemprego mundial torna-se uma ‘alavanca’ da acumulação de capital global que ‘regula’ os custos do trabalho em cada economia nacional. A pobreza de massa regula os custos internacionais do trabalho” (1999, p.70). Neste sentido é funcional à continuidade da reprodução do capital.

Por outro lado, o binômio pobreza e desemprego contém potencialmente um caráter explosivo, presente já no surgimento da questão social quando o desenvolvimento industrial e a ampliação dos mercados no século XIX, em sua dinâmica interna, afetavam diretamente as condições de vida e de existência social do operariado emergente em termos materiais e políticos. Por isso mesmo, expressões da questão social, originalmente manifesta em problemas sociais como precariedade de moradia, saúde, mendicância, trabalho infantil, entre outros, na verdade decorrentes do empobrecimento do trabalhador pela desigualdade de classes, são geradores de instabilidade social que não interessa ao sistema, porque vem acompanhado de conseqüências sociais desde o aumento da criminalidade entre jovens até o perigo de agitações sociais desestabilizadoras. Daí a preocupação dos ideólogos do capital.

Em relação ao chamado Terceiro Mundo, no qual a América Latina é incluída, as soluções apresentadas pelo capitalismo e seus analistas para a crise hoje instaurada têm se limitado a promessas de que a indústria de serviços e o impacto econômico positivo da geração de todo tipo de emprego nas indústrias de base (indústrias de chaminés), cujo valor criado seria transferido no intercâmbio com o Terceiro Mundo, constituiriam formas utilizadas para compensar o desaparecimento dos empregos na indústria. Porém, sem encontrar uma saída econômica adequada, o remédio para dar continuidade às deficiências e disfunções ocasionadas pelo desemprego crônico em todos os países que estão sob o domínio do capital é promover uma maior disciplina do trabalho com maior

eficiência. O resultado dessas medidas verifica-se na redução dos níveis salariais, na precarização da força de trabalho cada vez mais crescente, atingindo até os países de capitalismo avançado, e na tendência ao aumento generalizado do desemprego. Em artigo sobre a crise Antunes comenta:

No meio do caminho, uma massa monumental de assalariados vivenciando uma precarização estrutural do trabalho em escala continental. Crianças, negros, índios, homens e mulheres trabalhando no fio da navalha. Conforme recordou Mike Davis, em seu *Planeta Favela* [ed. Boitempo], 'não é raro encontrar [na América Central] empregadas domésticas de sete ou oito anos com jornadas semanais de 90 horas e um dia de folga por mês' ('Child Domestic', *Domésticas Infantis*, relatório da Human Rights Watch de 10/6/2004). Com a crise, o quadro se agrava: no recentíssimo *Panorama Laboral para América Latina e Caribe – 2008* (Organização Internacional do Trabalho, 27/1), o cenário social apresentado é de tal gravidade que beira a devastação. Se o desemprego diminuiu nos últimos cinco anos, o relatório da OIT antecipa que, 'devido à crise, até 2,4 milhões de pessoas poderão entrar nas filas do desemprego regional em 2009', somando-se aos quase 16 milhões já desempregados (sem falar no 'desemprego oculto', nem sempre captado pelas estatísticas oficiais)(01/02/2009, grifos do autor).

No Brasil, ressalvadas as características particulares do seu desenvolvimento interno, a reestruturação produtiva alcança a sua forma mais intensa nos anos de 1990. O modelo da acumulação flexível e do ideário japonês associados, entre outras coisas, à subcontratação, terceirização da força de trabalho e transferência de plantas de unidades produtivas, conduz ao desemprego e à precarização da força de trabalho. As práticas toyotistas se mesclam com o modelo fordista, denominado por Ricardo Antunes como "fordismo periférico e subordinado" (2006, p.19). Aliado às condições político-sociais em que ocorre a flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, o modelo impõe a baixa remuneração da força de trabalho como atrativo para o capital estrangeiro. Neste processo de reestruturação produtiva, a destruição dos postos de trabalho põe o Brasil no caminho da tendência mundial do desemprego em massa, quando ocupa em 2002 a quarta posição, perdendo somente para Índia, Indonésia e Rússia. Tanto que Márcio Pochmann comenta:

O desemprego vem aumentando continuamente no Brasil desde 1990 e atinge atualmente níveis jamais vistos anteriormente. Além da crescente taxa de desempregados, constatam-se alterações substanciais também na composição do conjunto de trabalhadores que não têm emprego, sobretudo quando se consideram as variáveis de classes de rendimentos familiar, gênero, raça e escolaridade (2006, p.60).

A partir daí o desemprego no Brasil adquire relevância em relação a momentos anteriores, tendendo à ampliação, o que contribui para o agravamento da pobreza e da desigualdade social no país. Informações de UOL *Economia* em 08/06/2009 sobre dados do IBGE dão conta de que emprego da indústria cai ao menor nível desde 2001, apresentando-se como uma espécie de gangorra em que ocorrem momentos de recuperação e de queda nos últimos anos. Uma configuração que se aproxima da

tendência mundial vista aqui como desemprego crônico, pois as medidas para contê-lo somente se revelam paliativas diante das condições estruturais do modelo societário capitalista atual.

A redução dos índices de pobreza aqui relatada está sujeita à vulnerabilidade das ações estatais que sofrem variações conforme os projetos governamentais. Ao mesmo tempo, atuam somente sobre os efeitos do pauperismo, sem atingirem os aspectos essenciais que compõem a causalidade das relações sociais capitalistas em suas leis de expansão e de acumulação criadoras das desigualdades sociais e de seu caráter de classe. Portanto, é preciso reconhecer que as medidas estatais, não obstante o potencial minimizador sobre os efeitos do pauperismo, não têm a capacidade de eliminá-lo, pois a sua eliminação significaria, conforme visto por Marx, a eliminação do próprio Estado e das relações a ele constitutivas enquanto uma totalidade social. Ou seja, “O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração de um lado, e os seus meios bem como as suas possibilidades de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que ele repousa sobre tal contradição” (MARX, 1995, p.80).

Em sua essência o Estado moderno é portador de limites reais, não tem fins próprios, devendo atender e assegurar aos fins da sociedade. A boa administração dos recursos públicos, a justa formulação das políticas, o controle da população sobre os serviços públicos, por mais verdade que tais elementos representem na contenção dos aspectos perversos da pobreza, não permitem atribuir ao Estado a resolução do pauperismo, pois essa forma de apreendê-lo significaria uma inversão na essência do Estado, afirmando a autonomia deste complexo ante a sua base sociogenética. A inversão na captura da essência do Estado e da política vela o caráter alienado (no sentido de *Entfremdung*) das formas sociais de poder, ainda que suas formas históricas variem no tempo e assim devam ser consideradas.

3. Conclusão

Dois elementos, desemprego e pobreza, estão imbricados ao processo contemporâneo de reprodução do capital, cuja lógica não inclui a preocupação com os seres humanos. Os representantes do capital não estão desatentos ao problema de que o potencial explosivo aí contido expressa contradições de classe, pondo em risco o sistema. Por isso mesmo, a nosso ver, a situação da América Latina é percebida como inquietante por alguns ideólogos do capital. Desse modo, apontam para a necessidade de uma

institucionalidade, conforme propõe Kliksberg, mediante a criação de um modelo de política social agressivo e ativo administrado pelo Estado, sob a perspectiva de que: “O tema não admite adiamentos. É um ‘escândalo moral’ existirem no final do século XX, milhões e milhões de latino-americanos que vivem com suas famílias no meio de privações que cerceiam seus direitos humanos mais essenciais” (2002, p.70. Grifos do autor). Que do ponto de vista ético se trata de uma desumanização sem precedentes na história, considerando o momento em que o desenvolvimento das forças produtivas alcança níveis altíssimos, capaz de sanar problemas básicos do conjunto dos homens nos mais diversos aspectos, ninguém, em sã consciência, pode discordar.

Resta pensar, entretanto, se a lógica acumulativa e expansionista do capital permite uma saída dessa natureza, visto que esta comporta em sua estrutura básica as causalidades da questão social, um fenômeno permeado pelo impulso alienador ontologicamente presente no capitalismo, expresso no empobrecimento dos indivíduos em contraposição ao intenso desenvolvimento das forças produtivas. Na expansão capitalista, é impossível desconhecer, até mesmo para organismos internacionais, que o desemprego “alavanca” a acumulação global do capital e a pobreza “regula” os custos do trabalho, favorecendo a manutenção das disparidades regionais e entre países. A América Latina carrega os efeitos da expansão capitalista e da reestruturação sob diferentes formas de adaptação e de resistência às exigências internacionais, com respostas econômicas e políticas diversas por cada estado nacional, mas sua posição no cenário mundial não sofreu até agora mudanças substanciais. Por isso mesmo, na esteira de Marx, compreendemos que a problemática da causa e resolução do binômio pobreza e desemprego não se inscreve simplesmente no âmbito do Estado. Sua resolutividade torna-se possível mediante tarefa teórico-prática e sociopolítica dos homens na luta pela superação dessa sociedade em sua inerente desigualdade social.

4. Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2006.

_____. *Trabalho de Luto*. Especial para a Folha, 01/02/2009.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. Tr. Silvana Finzi Foá. São Paulo, Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, M. *A Globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. Tr. Marylene Pinto Michael. São Paulo, Moderna, 1999.

DONGHI, Halpering. *História da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Tr. Galeno de Freitas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

KLIKSBURG, Bernardo. *América Latina: uma região de risco – pobreza, desigualdade e institucionalidade social*. Tr. N. Guimarães Azeredo, Brasília, UNESCO, 2002. MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. *Economia, Política e Filosofia*, Rio de Janeiro, Melso, 1963.

_____. Glosas críticas marginais ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano. *Práxis*, n. 5, Belo Horizonte, 1995.

_____. *O Capital*, tomo I, livro 1 Tr. de Regis Barbosa & Flávio R. Kothe, São Paulo, Nova Cultural, 1996.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. Tr. Paulo César Castanheira & Sérgio Lessa. São Paulo, Boitempo, 2002.

POCHMANN, Marcio. *O desemprego na globalização a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, Boitempo. 2001.